

Qual autonomia para o DF?

O problema da autonomia política do DF já está superado. As promessas de todos, desde Tancredo até os partidos da Aliança Democrática, foram muito claras. O DF, que não tinha nem mesmo representantes, terá sua autonomia.

A situação até agora vigorante é, democraticamente, inconcebível. Os residentes no DF são politicamente punidos pois não participam da definição dos destinos da Nação. Não têm representantes e, teoricamente, só votariam para a escolha do presidente da República. Ora, como até agora a escolha do presidente era indireta, nem neste nível da vida política os cidadãos de Brasília participavam. Não tendo deputados, senadores nem Assembleia Legislativa não se faziam representar no Colégio Eleitoral.

A questão da autonomia e da representação do DF não será postergada. Anuncia-se que o Conselho Político do Governo estudará logo a questão. O receio de que passada a composição do governo da Nova República nossa autonomia fosse esquecida não tinha razão de ser. Tancredo cumprirá, e parece que logo, suas promessas de campanha.

Resolvido o problema de princípio de forma a satisfazer as aspirações dos habitantes de nossa cidade, abre-se um universo complexo de questões que passam a não mais poder serem adiadas. São todas as questões relativas à forma que terá esta autonomia e as questões relativas à nossa representação no Congresso Nacional. Existem teses contraditórias e

todos apresentam sólidos argumentos para defender suas opiniões.

A questão inicial decorre da própria experiência, da prática até agora vigente: nosso orçamento é em mais de 50% sustentado por verbas federais. Com a autonomia é indispensável que se assegure de forma constante o funcionamento da nova unidade. Isto significa que teremos um estatuto diferente das demais unidades federadas. Seremos, para dizer com clareza, uma unidade privilegiada. Sendo a capital da República isto é compreensível mas seguramente implica em um estatuto particular que tem de ser aceito pelos demais.

Não é somente no que tange aos recursos para a manutenção da nova unidade que surgem problemas. A própria organização administrativa e política da unidade é discutida. Existem aqueles que defendem a formação de um Estado unitário, a exemplo do modelo que vigorou no antigo estado da Guanabara antes da fusão do Estado do Rio. Esta opinião não é, entretanto, a única, pois existem os defensores da formação de municípios que poderiam ser dentro dos limites das atuais administrações regionais.

São várias as questões em que o legislador terá de optar por soluções diferentes e de consequências para o futuro da nova unidade. Seria interessante que a população do DF fosse ouvida e que se estabelecesse um amplo diálogo sobre o nosso futuro político e administrativo.